

Realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária
Ministério do Trabalho e Emprego



O COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO NO BRASIL

Parceria:



FACES do Brasil

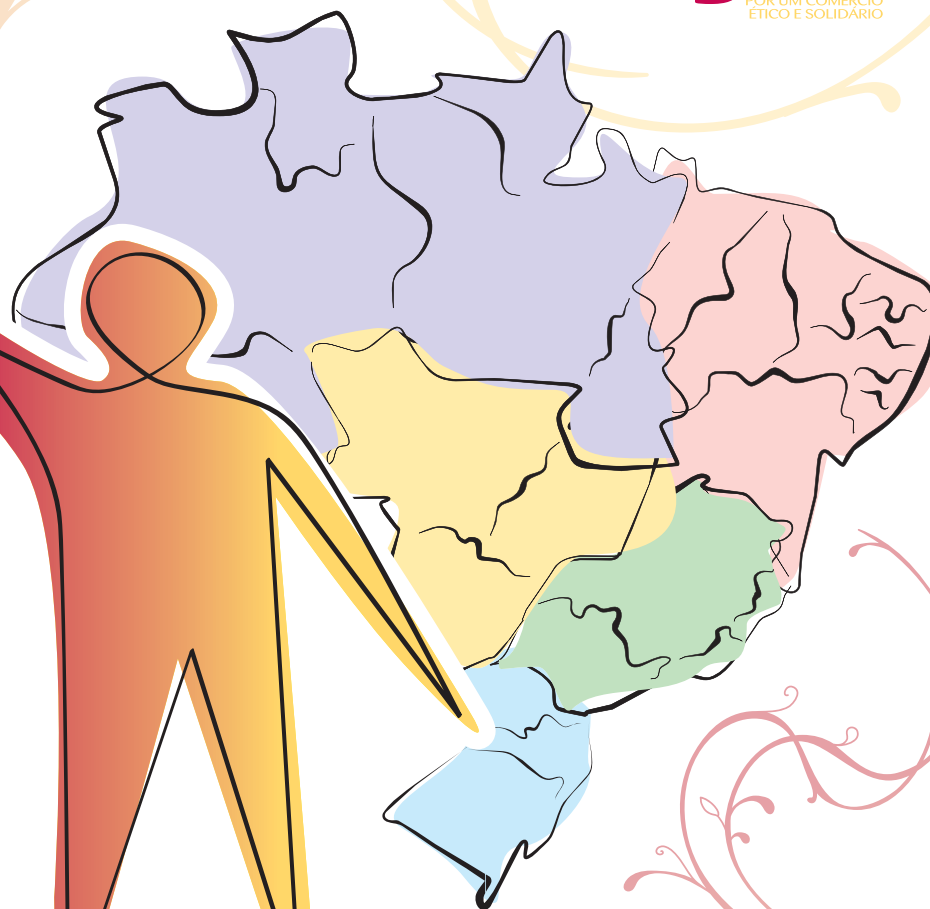
Rua Araújo, 124 – 2º andar – Sala 2B

Vila Buarque – São Paulo, SP – 01220-020

Tel.: (55)(11) 2174-2035 / 3257-6103

faces@facesdobrasil.org.br

www.facesdobrasil.org.br



Introdução

Problemas complexos exigem soluções criativas. Soluções inteligentes. daquelas que surgem nos tesouros da imaginação dos inquietos, dos que não se conformam. Dos que olham ao redor com olhos de quem sabe perceber oportunidades. De quem sabe que o mundo está aí para ser transformado, construído, melhorado e bem vivido!

E não são poucas as soluções inteligentes que o Brasil tem a contar. De Norte a Sul vemos grupos e mais grupos, homens e mulheres, tentando inovar, transformar, criar o novo a partir do velho. Produzir e reproduzir o mundo a sua volta - questionar fazendo diferente. Fazendo diferença...

Essa é a essência dos que se movimentam. E é a essência dos que buscam outra forma de se relacionar. De estar junto, de trocar. De fazer economia. De produzir, de comercializar e de consumir... Esta é a essência do comércio justo e solidário.

As tantas experiências visitadas e envolvidas no projeto "Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário", que alimenta esta cartilha, são exemplos desta essência. Desta busca. Desta inteligência. Inteligência genuinamente brasileira, que deixa clara a chama da mudança. E mostram que o mundo pode ser melhor.

Resultado de um trabalho desenvolvido a muitas mãos, este texto quer mostrar o comércio justo e solidário brasileiro. Não só aquele dos conceitos, dos textos e das palavras bonitas. Mas aquele do dia a dia. Da vontade e da força de fazer diferente. De superar as barreiras que o mundo coloca e protagonizar a justiça e a solidariedade nos atos mais simples, no ser, trabalhar, estar, produzir, consumir, relacionar-se.

E a partir disto, estimular a curiosidade, a criatividade e a inteligência de tantas outras pessoas que podem somar esta vontade. A vontade de promover e vivenciar relações comerciais comprometidas com o projeto político de construção de uma nova sociedade, preocupada com a justiça social, com a sustentabilidade ambiental e com o bem viver das comunidades.

Bem-vindos!

**Faces
do Brasil**
POR UM COMÉRCIO
ÉTICO E SOLIDÁRIO

O **FACES do Brasil** é uma plataforma constituída por importantes atores do movimento do Comércio Justo e Solidário brasileiro, entre ONG's, articulações de produtores e representantes governamentais, que atua desde 2001 com a **MISSÃO de fortalecer o Comércio Justo e Solidário, como instrumento de uma economia inclusiva, solidária e sustentável.**

Membros do Conselho Político:

- **ONG's e outras entidades (assessoria, apoio, consumo etc):** Cáritas Brasileira, CEDAC - Centro de Ação Comunitária, CONSOL - Mundo Paralelo, DESER - Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais, Ética Brasil, FASE Nacional - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional e FASE Pará, IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, Instituto Kairós - Ética e Atuação Responsável, Onda Solidária, SEBRAE Nacional - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Tulipe Engenharia e Projetos e Visão Mundial.
- **Representação de Produtores:** ACS Amazônia - Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia, ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão, Rede Cerrado, UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil.

Parceiros Governamentais:

- SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), SAF - Secretaria de Agricultura Familiar, SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

COPPALJ - Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco Ltda.

A COPPALJ conta atualmente com 147 sócios, distribuídos em oito cantinas comunitárias. Todos os trabalhadores são associados e passam por capacitações em todos os setores da cooperativa. A venda no mercado nacional ainda é pequena, realizando a maior parte das vendas no mercado externo.

Contato: Waldernei
Tel.: (99) 3634 1463 / 3642 2152
E-mail: assemacomercio@asema.org.br

ACS Amazônia - Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia

A missão da ACS Amazônia é “garantir um processo de certificação diferenciado que envolva instituições, comunidades e consumidores, proporcionando a melhoria da qualidade de vida, a auto-suficiência, a soberania alimentar e a equidade social, através da valorização cultural e das relações socioambientais dos povos da Amazônia”.

Contato: Marcos Vinicius
Tel.: (68) 9229 5515
Site: <http://67.15.172.14/~amazonli/acs-amazonia//index.php>
E-mail: acs.amazonia@yahoo.com.br

SAPOPEMA - Sociedade Amigos dos Povos da Floresta

A SAPOPEMA é um instrumento econômico, que comunidades indígenas e caboclas que a fundaram ou que se agregaram a ela, querem usar para construir o seu próprio desenvolvimento. É uma sociedade entre povos, que semelhante a sapopema, se reúne numa grande árvore. Trata-se de uma reunião num único esforço de produção, comercialização e mútua cooperação para uma economia solidária que vai se construindo. Seu principal produto é o guaraná - orgânico e certificado.

Contato: Rivaldo Gonçalves
Tel.: (68) 3216 3877 ou (92) 3237 1823
E-mail: sapopema2@yahoo.com.br

COOMFAMA - Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Marabá

A COOMFAMA conta atualmente com 76 sócios, sede própria de uso comum com a FECAT em Marabá e uma nova estratégia priorizando o comércio local. Possui uma loja aberta ao público onde vende alguns produtos da agricultura familiar.

Contato: Aldençon
Tel.: (94) 9162 8823

O Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário

O comércio justo e solidário nasce no Brasil em meados de 2000, engajado na busca por respostas criativas para as dificuldades em torno da comercialização dos produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários brasileiros. Respostas que unissem a experiência internacional de construção de relações comerciais mais justas, com os desejos, sonhos, mãos e vozes de nossos movimentos sociais e de suas lutas.

De lá para cá, entre muitas reuniões, consultas públicas, pesquisas e encontros, esta proposta se consolidou em uma base conceitual própria, pioneira no mundo, na sua forma de construção compartilhada entre governo e sociedade civil¹, reconhecida pelo que hoje chamamos “Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário”, ou SNCJS.

O SNCJS é um conjunto de parâmetros: conceitos, princípios, critérios, atores, instâncias de controle e gestão, organizados em uma estratégia única de afirmação e promoção do Comércio Justo e Solidário em nosso país. Estruturado em um documento que mescla mecanismos de regulamentação e de fomento, o SNCJS pretende se consolidar como política pública, através da promulgação de uma lei que o institucionalize.

Ele é, assim, um projeto tanto político quanto econômico. Político, pois oficializa o reconhecimento pelo Estado Brasileiro do Comércio Justo e Solidário como política social de enfrentamento das desigualdades sociais e da precariedade das relações de trabalho. E, econômico, por proporcionar uma identidade aos produtos e serviços da Economia Solidária, agregando valor e conceito aos mesmos, e, assim, ampliando suas oportunidades de venda.

Conhecer seu conteúdo, reconhecer-se neste conteúdo e proposta, e engajar-se na sua construção, é a tarefa que temos pela frente, e para a qual convidamos a todos.

¹ Fizeram parte do Grupo de Trabalho de construção da normativa pública do SNCJS: FACES do Brasil - Plataforma de Articulação do Comércio Justo e Solidário, Ecojus - Associação Brasileira de Empreendimentos da Economia Solidária e Agricultura Familiar CJS e FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e, por representantes governamentais: SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE), SAF - Secretaria de Agricultura Familiar (MDA), SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA) e SEBRAE Nacional.

Conhecendo o conteúdo do SNCJS

Podemos começar a entender o SNCJS dividindo-o em duas partes. Uma que busca explicar **o que é** o Comércio Justo e Solidário e como ele se manifesta na cadeia produtiva através de seus princípios e critérios, e outra que apresenta o passo a passo de **como** os empreendimentos de economia solidária podem **participar** desta proposta. Vamos a elas!

Afinal, o que é?

COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO É “o fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais, que resulte no protagonismo dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) por meio da participação ativa e do reconhecimento da sua autonomia”.

Princípios do Comércio Justo e Solidário

Princípio 1. Fortalecimento da **democracia, autogestão**, respeito à liberdade de opinião, de organização e de identidade cultural, em todas as atividades relacionadas à produção e à comercialização justa e solidária.

Princípio 2. Garantia de **condições justas de produção e trabalho**, agregação de valor, bem como o equilíbrio e o respeito nas relações entre os diversos atores, visando a sustentabilidade econômica, socioambiental e a qualidade do produto em toda a cadeia produtiva.

Princípio 3. Apoio ao **desenvolvimento local em direção a sustentabilidade**, de forma comprometida com o bem-estar sócio-econômico e cultural da comunidade, promovendo a inclusão social através de ações geradoras de trabalho e renda.

Princípio 4. **Respeito ao meio ambiente**, primando pelo exercício de práticas responsáveis e sustentáveis do ponto de vista socioambiental.

Princípio 5. Respeito aos **direitos das mulheres, crianças, grupos étnicos e trabalhadores**, garantindo a equidade e a não discriminação entre todos.

Princípio 6. Garantia de **informação ao consumidor**, primando pela transparência, pelo respeito aos direitos dos consumidores e pela educação para o consumo responsável.

Princípio 7. Estímulo à **integração de todos os elos da cadeia produtiva**, garantindo uma maior aproximação entre todas as pessoas e entidades a ela ligadas.

Rede Abelha

A Rede Abelha Nordeste, que já existe há 14 anos, é uma articulação de grupos comunitários, associações, cooperativas, ONGs e pastorais ligados à criação de abelhas. Seu principal objetivo é criar espaços para a troca de experiências e discussões sobre a produção e comercialização do mel. Atua em rede na cadeia da apicultura e meliponicultura dos estados do Nordeste do Brasil.

Contato: Paulo Roberto Palhano
Tel.: (84) 3205 2896
Site: www.comeias.org.br
E-mail: redabelha@yahoo.com.br; comeiasbrasil@yahoo.com.br

Cooperativa Art Gravatá

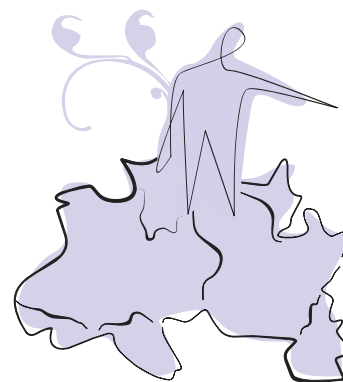
Na sede do Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Gravatá funciona a Cooperativa Art Gravatá, composta por jovens que fabricam brinquedos educativos e materiais pedagógicos em madeira. Parte da produção é revertida para as obras sociais que o Círculo realiza.

Contato: Mario Sérgio
Tel.: (81) 3533 0501
Site: www.artgravata.com.br
E-mail: artgravata@yahoo.com.br

Manga Brasil

A manga é o principal produto da Associação de Pequenos Produtores Manga Brasil e responde por cerca de 70% da produção do perímetro. Os lotes agrícolas são explorados a partir de mão-de-obra familiar. A associação dispõe de um Packing House próprio com área de 660 m², equipado com câmara fria para armazenamento da fruta, túnel de refrigeração, máquina selecionadora, etc. Esta estrutura tem capacidade para processar um contêiner/dia para o Mercado Europeu.

Contato: Regiane
Tel.: (74) 3617 8293
E-mail: manga.brasil@ig.com.br



Região Norte

Coordenação regional: FASE/Pará

COFRUTA - Cooperativa dos fruticultores de Abaetetuba

A COFRUTA reúne 131 sócios na venda para o mercado local/regional de polpa de frutas (acerola, cajá, açaí e outras frutas de ocasião em menor escala), sementes secas e fermentadas de cupuaçu.

Contato: Josenildo
Tel.: (91) 3751 4955 / 3751 1181
E-mail: jho-cofruta@hotmail.com

ADAO - Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica

A ADAO é um grupo que reúne 6 empreendimentos, 12 agricultores e 50 consumidores na comercialização de hortifruti em Goiânia.

Contato: Claudia Araújo Moreira

Tel.: (62) 9633 4801

Blog: www.adaogoias.blogspot.com

E-mail: claudiamoreira23@yahoo.com.br; adao_go@hotmail.com

Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão

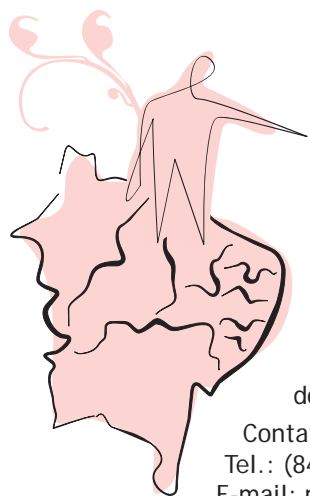
A Cooperativa reúne aproximadamente 1.500 famílias, em três territórios do Norte de Minas Gerais, para beneficiar e comercializar os frutos nativos, sementes, rapadura, açúcar mascavo, cachaça e mel.

Contato: José Léles Neto

Tel.: (38) 3221 9465

Site: www.caa.org.br/grandesertao

E-mail: grandesertao@caa.org.br



Região Nordeste

Coordenação regional: Visão Mundial

Rede Xique-Xique

A Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária é fruto de um amplo processo de construção coletiva dos grupos produtivos, com a contribuição de um conjunto de organizações da sociedade civil que, atuando em diferentes áreas, lutam pela autonomia e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores do campo e da cidade. A Rede comercializa e produz dentro dos princípios da agroecologia e da economia solidária.

Contato: Francisca Eliane de Lima Viana

Tel.: (84) 3316 1315

E-mail: redexiquexique@gmail.com

Ética

A Ética trabalha para promover o desenvolvimento sustentável em comunidades menos favorecidas, criando oportunidade de emprego e renda para todos, através da comercialização dos produtos, tanto no mercado interno como no externo. Tudo o que as comunidades parceiras da Ética produzem obedece ao mais alto padrão de qualidade e tem preços justos.

Contato: Edson Marinho

Tel./Fax: (81) 3081 5600

Site: www.eticabrasil.com.br/site/index.php

E-mail: etica@eticabrasil.com.br

Critérios do Comércio Justo e Solidário

No SNCJS existem dois tipos de critérios, um que chamamos “Organizacionais” que são aqueles que cada entidade pode cumprir dentro da “sua porteira”, e outro que chamamos “relacionais” que são aqueles que acontecem na relação entre produtor, comerciante e consumidor – ou seja, na história de vida completa do produto ou serviço.

Critérios Organizacionais:

- ser uma organização coletiva, de caráter supra-familiar, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios são trabalhadores do meio urbano e rural;
- ter uma administração transparente e democrática, cumprir o seu estatuto e/ou regimento interno, no que se refere as tomadas de decisão no gerenciamento de recursos e na definição de suas políticas;
- que os participantes ou sócios dessas organizações, exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e dos seus resultados;
- ser uma organização permanente, considerando tanto os empreendimentos que estão em funcionamento quanto aqueles que estão em processo de implantação, desde que o grupo esteja constituído e as atividades econômicas definidas;
- prevalecer a existência real e a vida regular da organização ao seu registro legal;
- realizar atividade de natureza econômica, podendo esta ser permanente ou principal, porém devendo ser a “razão de ser” da organização;
- respeitar as atividades de produção, fabricação ou execução de produtos/serviços que devem ser realizados sobre todos os requisitos de segurança e salubridade para aqueles que os desenvolvam;
- não tolerar a exploração do trabalho infantil com menores de 16 anos em qualquer atividade relacionada ao empreendimento, desde que seja como forma de aprendizado, que freqüente a educação formal e que tenham garantido acesso ao lazer;
- estimular ampla e equitativa participação das mulheres em todos os níveis e atividades do processo produtivo e comercial;
- garantir a não discriminação baseada em raça, religião, posição política, procedência social, naturalidade, escolha sexual, geracional, estado civil e/ou portadores (as) de necessidades especiais;
- respeitar a legislação ambiental vigente, contribuindo, na sua área de atuação, para a preservação e recuperação do meio ambiente;

- reduzir o uso de insumos não renováveis, bem como a geração de resíduos de processos, facilitar práticas de reutilização e reciclagem;
- não utilizar material que contenha Organismos Geneticamente Modificados (OGM) - transgênicos - para a composição ou fabricação de produtos do Comércio Justo e Solidário;
- não utilizar agrotóxicos das classes toxicológicas - "I- extremamente tóxico" e "II- altamente tóxico", e classe ambiental "I- Produto Altamente Perigoso" de acordo com sistema AGROFIT do Ministério de Agricultura, Portaria 02/92 do Ministério de Saúde, e Portaria Normativa IBAMA N° 84, de 15 de outubro de 1996, manter registro dos agrotóxicos comprados e utilizados pelo empreendimento ou por seus associados;
- estimular a produção de base agroecológica e orgânica, bem como, a utilização de materiais biodegradáveis nos processos produtivos;
- EES/CJS que vendem para consumidores finais devem ter no mínimo 51% da sua carteira de produtos e/ou serviços provenientes de EES.

Critérios Relacionais:

- que na composição dos preços prevaleçam relações de transparência, equilíbrio e respeito entre as partes;
- que os EES/CJS recebam um preço justo pelos seus produtos e/ou serviços, que contabilize de forma equilibrada os custos de cada etapa do processo produtivo, de distribuição e comercialização, garantindo uma valorização digna da força de trabalho empregada nos mesmos;
- que a venda sob consignação seja praticada somente de comum acordo entre os EES/CJS envolvidos;
- que o EES/CJS comprador não pratique esquema de "jóias" ou "luvas" para acesso a mercados;
- que se construam relações de longo prazo entre EES fornecedor e EES comprador;
- que o EES/CJS comprador, dentro do seu estabelecimento comercial ou na internet, indique informações sobre os produtos, seu processo produtivo, quem os produziu e sobre o Comércio Justo e Solidário;
- que o EES/CJS comprador não explore a imagem e conhecimento de comunidades tradicionais para fins de publicidade, sem a devida e expressa autorização das mesmas;

Quilombo de Ivaporanduva

Ivaporanduva é uma comunidade quilombola com 300 anos de idade. É formada por cerca de 100 famílias que ocupam uma área de 2.800 hectares as margens do Rio Ribeira do Iguape, no município de Eldorado, no Sul do Estado de São Paulo. Por localizar-se numa região de Mata Atlântica, possui o desafio de gerar o desenvolvimento econômico da comunidade, através de ações associadas com a preservação do meio ambiente.

Contato: Benedito Alves (Ditão)
Tel.: (13) 3879 5000 / 3879 5001
Site: www.quilombosdoribeira.org.br/comunidades/1
E-mail: ivaporanduva@yahoo.com.br

Rede Ecológica

Nascida em outubro de 2001, a Rede Ecológica se expandiu formando uma organização de consumidores que visa fomentar o consumo ético, solidário e ecológico, promovendo iniciativas de educação ambiental e de economia solidária. Uma das principais atividades da Rede são as compras coletivas, através das quais, consumidores organizados em núcleos consomem produtos orgânicos de diversos grupos produtivos espalhados pelo Brasil.

Contato: Miriam Langenbach
Tel.: (21) 2295 2576 / 8697 1945
Site: www.redeecologica.org
E-mail: miriaml@radnet.com.br; inforede.ecologica@gmail.com



Região Centro-Oeste

Coordenação regional: Rede Cerrado

Central do Cerrado

A Central do Cerrado (DF) articula 20 organizações comunitárias com atividades produtivas a partir do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado, funcionando como uma ponte entre produtores comunitários e consumidores.

Contato: Luís Carrazza
Tel.: (61) 3327 8085
Site: www.centraldocerrado.org.br
E-mail: luis@ispn.org.br; centraldocerrado@centraldocerrado.org.br

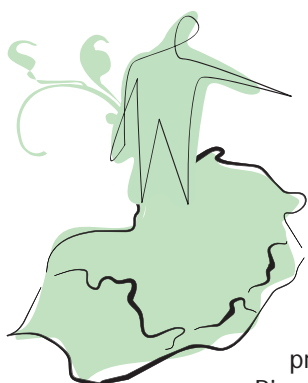
Central de Comercialização da Economia Solidária de Mato Grosso do Sul

A Central de Comercialização da Economia Solidária de Mato Grosso do Sul (MS), comercializa em sua loja, em Campo Grande, produtos de 43 empreendimentos, em 13 municípios, dentre eles 08 Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, 02 comunidades remanescentes de quilombos e 02 comunidades indígenas.

Contatos: Sebastiana Almire
Tel.: (67) 3382 4021
E-mail: tianaalmire@yahoo.com.br; fees_ms@hyahoo.com.br

alimentos, artesanatos, confecções, calçados, decorações, etc., as lojas oferecem um serviço de café-bar, também com produtos da Economia Solidária.

Contato: Paulo César Linck
Tel.: (51) 3066 2995
Site: www.consolbrasil.com.br
E-mail: consolbrasil@gmail.com



Região Sudeste

Coordenação regional: Instituto Kairós

APAT - Associação dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais

A APAT apóia a produção e comercialização coletiva dos produtos da Agricultura Familiar, incentivando o uso de métodos produtivos alternativos, adequados às condições dos agricultores e do meio ambiente, criando um fluxo comercial que envolve aproximadamente 300 famílias de produtores rurais e 100 famílias consumidoras da cidade do Rio de Janeiro.

Contato: Vanderli Pereira Pinheiro (Derli)
Tel.: (32) 3751 1745 / 8426 2790
Site: www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=13653
E-mail: apatrurais@ig.com.br e apatrurais@hotmail.com

MICC - Movimento de Integração Campo Cidade

O MICC, sempre apoiado pela Igreja, desenvolveu um modelo de comercialização que se baseia em três estratégias: kit com entrega de 08 produtos a cada 15 dias, feirinha todos os finais de semana em diferentes paróquias da região e loja aberta diariamente, que comercializa também os produtos beneficiados pelo grupo de alimentação natural.

Contato: Rose Cabral
Tel.: (11) 2917 7230
Site: www.micc.org.br
E-mail: contato@micc.org.br; rosesetor@terra.com.br

Bazar Social / MOVIVE

O projeto Bazar Social, elaborado pelo MOVIVE, envolve atualmente cerca de 60 grupos de artesãos de 16 municípios do Espírito Santo com atividades de formação e estratégias de comercialização dos artefatos criados. Seus produtos são comercializados nas lojas "Arte Solidária", espalhadas pelos centros de consumo de Vitória e Vila Velha, e em outros pontos de venda dentro de estabelecimentos de parceiros.

Contato: Tereza Cristina Zanol P S Puppim
Tel./Fax: (27) 3229 8822
Site: www.move.org.br/bazarsocial.htm
E-mail: move@move.org.br e cristina@move.org.br

- que na venda para o consumidor final os EES-CJS não pratiquem "dumping", ou seja, não praticar preços abaixo do custo real, para competir ou atingir a participação de outros participantes no comércio justo e solidário.

Quem faz parte do SNCJS?

O SNCJS é também uma forma de organização e articulação dos distintos atores que têm relação com a prática do comércio justo e solidário em nosso país. Neste sentido, podem participar do SNCJS empreendimentos econômicos solidários de produção, comercialização e consumo, bem como entidades e redes nacionais de apoio ao tema, parceiros comerciais e organismos de avaliação de conformidade.

Cada um deles tem um procedimento de registro ou habilitação para fazer parte do SNCJS, bem como, papéis bastante distintos e definidos. Enquanto os EES habilitados são os atores políticos de toda a proposta, ou seja, são quem faz, os parceiros colaboradores cadastrados no SNCJS, são aqueles que apóiam o CJS.

Esta diferença é bastante importante para a proposta que construímos em nosso país, pois reconhece e valoriza aqueles que encontram nos princípios do comércio justo e solidário sua razão de ser e existir, que abraçam esta proposta por inteiro, adotando-a como sua. Os demais parceiros, por mais que tenham um papel importante a exercer, não tem o comércio justo e solidário como única atividade, e sim como algo complementar, o que lhes coloca em uma posição diferenciada no contexto político de todo o movimento.

E como posso participar?

Além da participação na sua construção e eterna melhoria, os grupos que quiserem se engajar no SNCJS podem fazê-lo de duas formas:

Uma delas, dirigida aos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES brasileiros, acontece com a habilitação na categoria de "Selo Organizacional", conferindo aos EES de produção, comercialização e consumo solidários, o direito ao uso deste selo em todos os seus materiais de comunicação e divulgação como folders, panfletos, websites, catálogos etc.

Este selo é um atestado de confiança que demonstra a identidade dos EES com os princípios e critérios organizacionais do Comércio Justo, confirmando a vontade dos mesmos em praticar uma nova economia, preocupada com o ambiente e com o mundo onde se inserem.

A outra se dá na categoria de "Selo de Produto/Serviço", o que compreende o cumprimento de critérios compartilhados por todos os atores econômicos envolvidos na produção, comercialização e consumo, conferindo o direito de uso do "Selo de produto" no rótulo ou embalagem dos produtos ou serviços destas cadeias produtivas.

Cada uma delas tem um ritual próprio para ser acessada, sendo a Comissão Gestora Nacional do SNCJS, a instância responsável pelo acompanhamento e operacionalização destes procedimentos.

Para se habilitar na categoria de Selo Organizacional...

A habilitação dos EES no SNCJS é espontânea, ou seja, depende da vontade e da iniciativa dos EES, e se completa com a aprovação da Comissão Gestora Nacional do SNCJS.

Uma vez preenchido o formulário próprio, a Comissão Gestora Nacional deve tornar pública a solicitação, dando prazo para manifestações de terceiros sobre o pedido e a entidade que o fez. Uma vez passado este prazo, esta mesma comissão avalia o formulário e as eventuais manifestações que tenham surgido, aprovando ou não a habilitação. Uma vez aprovada, a organização ganha o direito de uso do "Selo Organizacional".

Para obter o Selo de Produto...

Já a categoria selo de produto depende de um ator externo ou de uma dinâmica de rede participativa de garantia, para ser concedido. Ou seja, não se trata de uma adesão voluntária como na categoria anterior, mas sim, da execução de algum sistema de avaliação de conformidade em todas as etapas da cadeia produtiva, para garantir que todos os critérios organizacionais e relacionais estão sendo cumpridos.

Para obter o direito de uso deste selo, os EES devem procurar um organismo de avaliação de conformidade, ou se engajar na construção de um sistema participativo de garantia na sua comunidade, território ou região. O Brasil ainda não tem experiências concretas neste sentido, sendo um desafio de todos nós colocar esta idéia em prática da forma mais inclusiva e solidária possível.

O SNCJS prevê três formas de mecanismos de avaliação de conformidade para esta categoria de selo: **Certificação por auditoria externa**, **Sistemas Participativos de Garantias (SPGs)**, e **Declaração de EES-CJS Comprador ou Fornecedor**.

COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda.

A COPAVI reúne 24 famílias organizadas de forma coletiva, que trabalham na produção e comercialização de produtos agroecológicos. A comercialização de seus produtos é feita de porta em porta, em pontos comerciais de Paranacity e Cruzeiro do Sul e nas Lojas da Reforma Agrária. Os produtos também são exportados através do comércio justo.

Contato: Adilson Gumieiro
Tel./Fax: (44) 3463 1367
E-mail: agumieiro@ig.com.br

COORLAC – Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos Ltda.

A COORLAC envolve atualmente 6.000 agricultores, 200 cooperativas em mais de 200 municípios, produzindo mais de 40 tipos de produtos derivados do leite. São comercializados em mais de três estados, através de eficientes estratégias de venda no mercado convencional.

Contato: Osmar Redin
Tel./Fax: (54) 3321 1255 e Cel.: (54) 9922 5647
Site: www.corlac.com.br
E-mail: redin@corlac.com.br

COOESPERANÇA – Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos

A COOESPERANÇA é uma das experiências pioneiras de economia solidária em nosso país, trabalhando pela e para a autogestão desde 1987. Atualmente envolve 230 empreendimentos ou 4.500 famílias em um circuito de produção rural e urbana que escoou sua produção em distintos canais de comercialização próprios, como feiras permanentes e lojas.

Contato: Lourdes Maria Stanelt Dill
Tel.: (55) 3219 4599 / 3223 0219
Site: www.esperancacooesperanca.org.br
E-mail: projespcooesp@terra.com.br

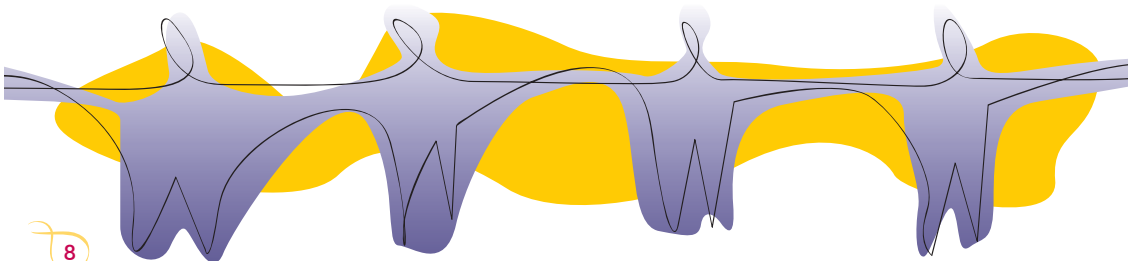
Rede ECOVIDA de Agroecologia e Certificação Participativa

O circuito de comercialização da Rede Ecovida opera em duas grandes rotas de comercialização dos produtos agroecológicos, através de oito estações-núcleo, espalhadas pelos três estados da Região Sul. Atualmente representa 2.700 famílias, organizadas em 270 grupos, associações e cooperativas, 10 cooperativas de consumidores e 30 ONGs, em 190 municípios dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e Paraná.

Contato: Silvana Férrigo
Tel./Fax: (48) 3532 0333
Site: www.ecovida.org.br
E-mail: acevan@acevan.org

Mundo Paralelo

As Lojas Mundo Paralelo são um empreendimento da CONSOL - Cooperativa de Consumo e Comercialização Popular Solidária, para apoiar a comercialização e incentivar o consumo de produtos com origem na Economia Popular Solidária. Além da venda de



O Projeto do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e as Experiências envolvidas

O FACES do Brasil - Plataforma de Articulação do Comércio Justo e Solidário do Brasil, em parceria com a SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, sob a gestão da Fundação Banco do Brasil, iniciou em 2007 um projeto direcionado a promover o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, através de ações de difusão, de pesquisa e de articulação da base social em torno da sua construção e consolidação.

Essa trajetória envolveu mais de dois mil trabalhadores em 25 oficinas formativas e visitas a campo, 5 seminários regionais e 1 nacional, proporcionando momentos de troca e de construção coletiva entre teoria e prática, desafios, potencialidades e caminhos de consolidação do SNCJS.

Por se tratar de um projeto nacional, o mesmo foi executado por coordenações regionais. São elas: Região Sudeste - Instituto Kairós; Região Sul - DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Rurais; Região Norte - FASE/Pará; Região Nordeste - Visão Mundial; Região Centro Oeste - Rede Cerrado.

A seleção dos 25 casos brasileiros envolvidos nas ações de pesquisa e formação do projeto, se deu a partir de alguns critérios gerais, priorizando casos que representassem relações comerciais identificadas com a proposta da Economia Solidária ou do Comércio Justo, e que envolvessem produtores, comerciantes e consumidores.

Conheça as 25 experiências das cinco regiões do Brasil que contribuíram com o projeto, emprestando suas histórias, estratégias, dúvidas e soluções sobre a prática do comércio justo e solidário no Brasil.



Região Sul

Coordenação regional: DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Rurais)

APACO – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense

A Rede de Agroindústrias Familiares da APACO reúne doze cooperativas de agricultores familiares, com 117 agroindústrias e mais de 600 famílias envolvidas na produção. Desenvolvem atividades de apoio as unidades agroindustriais e comercializa os produtos em feiras, pequenos mercados e através do PAA .

Contato: Diva Vani Deitos
Tel./Fax: (49) 3322 0154
Site: www.apaco.org.br
E-mail: apaco@apaco.org.br

Praticando o Comércio Justo e Solidário

Como dissemos na introdução desta cartilha, são muitas as experiências que somam a proposta do comércio justo e solidário no Brasil, pela simples vontade e força de fazer diferente.

Todas essas experiências vivenciaram momentos de reflexão sobre como podiam melhorar suas práticas rumo ao exercício concreto da justiça e da solidariedade. Não é fácil. Algumas ações dependem de uma melhor infra-estrutura, outras, de conhecimentos ou habilidades específicos, mas o principal mesmo é querer. Querer, e começar.

Colocamos aqui algumas perguntas que podem ajudar os grupos neste processo de reflexão e construção de caminhos de mudança... Organizadas por temas relacionados aos princípios e critérios do SNCJS, elas podem representar um ótimo começo!

Para a prática da Autogestão

Existem no seu grupo acordos coletivos? As tomadas de decisão são feitas coletivamente? Existem eleições periódicas com prazos de permanência e rotatividade dos membros, nos cargos eletivos? Há periodicidade das reuniões? Elas são planejadas, participativas e produtivas? Existe algum processo de formação em autogestão com os integrantes do grupo?

Para relações mais transparentes

As prestações de contas são periódicas e públicas? Existe algum mecanismo de registro e divulgação dos resultados financeiros para os integrantes do grupo? Há conhecimento de direitos e responsabilidades na cadeia de CJS? Os preços e políticas comerciais são construídos conjuntamente? Existem canais de diálogo entre produtores, comerciantes e consumidores?

Para compor e exigir o Preço Justo

Existe compreensão, capacidade técnica e transparência na composição dos custos de cada etapa do processo produtivo? O preço final é construído de forma compartilhada e transparente? Sua venda regular representa a satisfação das necessidades básicas de todos os trabalhadores? Os próprios produtores têm condições de pagar o preço final de seus produtos? A remuneração da força de trabalho empregada em toda a cadeia produtiva é equitativa? Há inserção dos custos ambientais e sociais do processo produtivo na formação do preço? O grupo recebe um prêmio social a ser utilizado em benefício da comunidade? Se sim, sua destinação é decidida coletivamente?

Para evitar a consignação prejudicial

Existem acordos de consignação construídos de forma compartilhada por produtores e comerciantes? Existem mecanismos de co-responsabilização dos agentes da cadeia produtiva por possíveis perdas ou danos dos produtos? Há cumprimento efetivo destes acordos?

Para conquistar e formalizar relações de Longo Prazo

Há compreensão sobre a importância da realização de contratos duradouros e avaliação de sua duração? Há flexibilidade e possibilidade de renegociação equilibrada do contrato? Existe compromisso e fidelidade entre produtores, comerciantes e consumidores nas redes e cadeias produtivas solidárias?

Para a garantia da segurança no trabalho

Os trabalhadores, nos segmentos que possuem atividades de risco ou insalubres, utilizam equipamentos de proteção individual (EPI's)? Há consciência da importância do uso de tais equipamentos? Os grupos que utilizam produtos tóxicos, nocivos ou agroquímicos, são capacitados para a utilização correta destes? Há realização de exercícios periódicos que garantam a saúde no trabalho, evitando lesões por esforço repetitivo (LER) e outros problemas de saúde? Os benefícios conquistados pela legislação trabalhista são respeitados?

Para a formalização dos grupos

O grupo é formalizado e tem informações sobre o que significa a formalização do ponto de vista jurídico, tributário, operacional e social? A organização possui um plano de formalização e tem condições financeiras de arcar com os custos deste processo?

Para contribuir com a Preservação Ambiental

Há consciência sobre os impactos ambientais negativos provocados pelo processo produtivo e conhecimento sobre as exigências da legislação ambiental? É feito um EIA-RIMA (Estudo Prévio de Impacto Ambiental) e um plano de metas e de gestão ambiental para sustentabilidade do processo produtivo? Existem práticas de redução da geração de resíduos e destinação adequada destes, envolvendo a reutilização no próprio processo produtivo? No caso de não haver possibilidade de utilização de matéria prima não transgênica, o grupo declara esta informação no rótulo de seus produtos e busca alternativas de substituição desses insumos? Os grupos participam de sistemas de garantia ambiental, como a certificação orgânica, florestal, ou sistemas participativos de garantia agroecológicos? Há clareza por parte dos EES sobre o que é um OGM e suas implicações?

Para não explorar o trabalho Infantil

Há presença e caracterização do tipo de trabalho realizado pelos menores

de 16 anos nas atividades produtivas, como quantidade de horas, grau de insalubridade ou perigo de tais atividades, de forma a avaliar o quanto estas atividades representam processos de formação e capacitação técnico-profissional? A organização verifica se os menores de 16 anos que trabalham nas atividades produtivas, estão matriculados na escola e exercem seu direito ao lazer?

Para melhores relações entre homens e mulheres

Existem mecanismos de garantia da equidade e do reconhecimento das semelhanças e diferenças de gênero, em todas as etapas da cadeia produtiva? É valorizado e dividido de forma justa o trabalho entre homens e mulheres? O grupo reconhece e valoriza a realização das atividades domésticas pelos seus participantes? E as atividades reprodutivas exercidas pelas mulheres?

Para informar ao consumidor

Existem informações qualificadas sobre produtos, processos produtivos, construção do preço e espaços de comercialização? Há conhecimento e cumprimento das diretrizes do Código de Defesa dos Direitos do Consumidor?

Para evitar a exploração e o uso indevido da imagem

A tomada de decisão sobre o uso da imagem dos grupos produtivos para fins comerciais/publicidade dos produtos é feita de forma transparente, participativa e compartilhada? Há equilíbrio na distribuição dos eventuais dividendos advinda da agregação de valor que o uso da imagem pode gerar?

Para garantir processos educacionais nos 3 elos da cadeia produtiva

Existem atividades de formação com os participantes do grupo sobre a economia solidária, o comércio justo e solidário e o consumo responsável? Há diálogo entre os grupos e seus fornecedores de forma a buscar um equilíbrio na cadeia produtiva como um todo em relação aos princípios e critérios do comércio justo e solidário?

